

## AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SANTOS/SP

Ligia Maria Di Bella da Costa Monteiro<sup>1</sup>

Márcia de Castro Calçada Kohatsu<sup>2</sup>

### RESUMO

A intenção deste trabalho é apresentar um panorama das políticas públicas de educação em tempo integral implementadas na rede municipal de ensino da cidade de Santos. Nesse sentido, o texto reflete sobre a educação integral, a ampliação da jornada escolar e a educação em tempo integral na escola e nos territórios educativos para os estudantes do ensino fundamental, e a colcha de retalhos confeccionado no decorrer dos anos. A secretaria municipal de educação de Santos investe na educação integral do município desde o ano de 2006 antes mesmo de o governo federal implementar, em 2007 o Programa Mais Educação, fomentando a educação integral em todo o país. As diferentes políticas ofertadas na rede e os estudos sistemáticos realizados para o seu fortalecimento reverberam em qualidade ao atendimento para uma parcela significativa de alunos, mas com diversos tipos de atendimentos. O texto busca refletir sobre o atual desenvolvimento e as perspectivas da educação integral em tempo integral como políticas que atendam as diretrizes de uma Cidade Educadora, apoiado em Parente (2016), caracterizando a tipologia de atendimento disponibilizado. Além disso, infere a necessidade de se refletir sobre os tempos, espaços, currículos e sujeitos na concepção da formação humana integral em suas diferentes dimensões, principalmente no atual momento de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação.

**Palavras-chave:** Educação Integral. Política Pública. Cidade Educadora. Formação Integral.

A vertente deste texto é a educação e formação em tempo integral como política de atendimento às crianças e adolescentes matriculados no ensino fundamental da rede municipal santista. A referida política se configura em duas vertentes instituídas e reconhecidas por toda comunidade: o Programa Escola Total e sua atuação nas escolas híbridas e as escolas de tempo integral.

Para tanto, Parente (2016) nos inspira e provoca a refletir enquanto ente federativo, quando aponta que “se faz necessária a discussão de suas concepções, de seus argumentos, de seu desenho, do currículo escolar, enfim, de sua proposta político-pedagógica.”

Construir a educação integral por meio de discussões, estudos, fazeres e refazeres no decorrer de onze anos nos leva a partilhar das ideias de Jaqueline Moll (2012, pg. 29), que a “educação integral é a ação-reflexão de sistemas de ensino que vão se

<sup>1</sup> Mestra em Educação

<sup>2</sup> Mestra em Educação. Prefeitura Municipal de Santos



redesenhando, reinventando, (sempre) para além de seus contornos atuais.”

Sendo assim, o Decreto n. 6253 de 13 de novembro de 2007, que institui o Programa Mais Educação, ofertando as oficinas no contraturno escolar, chamadas de “atividades complementares”, parece ter sido a regulamentação em âmbito federal, do que se iniciou na rede municipal de Santos no ano anterior, 2006, com o Programa Escola Total.

Quanto à política de educação integral de Santos podemos reconhecê-lo nos seguintes critérios elencados por Parente:

<b>Critério</b>	<b>Classificação</b>
Abrangência política	Política de educação integral em tempo integral parciais
Normatização da política	Política de educação integral em tempo integral estruturada
Formulação da política	Política formulada e implementada no mesmo âmbito administrativo
	Política formulada e implementada por diferente esfera de governo
Origem dos recursos para a implementação da política	Política de educação integral implementada com recursos públicos
Existência de relações intersetoriais	Política de educação integral em tempo integral implementadas no âmbito da Secretaria de Educação
Existência de parceria público-privadas	Política de educação integral em tempo integral implementada por meio de parceria público-privadas
Argumento da política	Política de educação integral em tempo integral sustentada por argumentos pedagógicos
	Política de educação integral em tempo integral sustentada por argumentos sociais
Espaço de Ação Educativa	Política de educação integral em tempo integral que desenvolve a ação educativa em espaços escolares e não escolares
À formação do responsável pela ação educativa	Política de educação integral em tempo integral implementada por diferentes profissionais
Vínculo Profissional do responsável pela ação educativa	Política de educação integral em tempo integral implementada por profissionais com diferentes vínculos empregatícios
À organização Curricular	Política de educação integral em tempo integral padronizada
Integração Curricular	Política de educação integral em tempo integral com currículo no formato contraturno

Na análise desse quadro encontramos uma política que teve início pouco antes da proposta propulsora de fomentos das políticas de educação integral em âmbito nacional, mas que nela se amparou e também se ancorou apresentando-se ainda hoje com poucas variações na estrutura do atendimento em educação integral na rede municipal de Santos no decorrer desse tempo.

Ora no ensejo do monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação PNE, com os movimentos das conferências realizadas nas diferentes esferas de governo, refletimos sobre o atendimento a meta 6 do PNE e constatamos a confecção de uma colcha de retalhos na política de atendimento em educação integral na cidade de Santos, o que nos leva a crer que a discussão para o alinhamento necessário deva ocorrer no eixo temático II do documento referência para fomentar discussões e reflexões quanto a qualidade e a regulação da política desenvolvida.

## **METODOLOGIA**

Dada a dimensão do trabalho e das políticas públicas de educação em tempo integral foi instituída, no primeiro semestre de 2015, a Comissão de Educação Integral composta por supervisores de ensino, pela chefe da Seção de Ensino Fundamental e Profissionalizante (Sefep) e pelas equipes dos departamentos da Seduc e do Programa Escola Total, validada pela então Secretária de Educação, com as ações articuladas pela Coordenadoria de Políticas Educacionais da rede municipal de ensino.

As temáticas levadas à agenda da Comissão de Educação Integral versam sobre matriz curricular, currículo integrado, desenho de uma escola piloto, dedicação funcional exclusiva dos professores, articulação dos tempos escolares por meio do PPP, a criação de horários para reuniões formativas entre os pares da escola, contratação e formação de educadores, ampliação de jornada nas escolas de tempo regular, itens tratados entre o imenso universo de situações e experiências advindas da prática da educação integral, extensiva nos tempos e nos espaços.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Secretaria de Educação do Município de Santos busca a equidade social fomentando políticas educacionais de educação e tempo integral, demonstrando como



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

essas escolas, nas suas diferentes especificidades, são capazes de oferecer melhores oportunidades de aprendizagem aos estudantes, mas se constata atualmente a necessidade de alinhamento dessa política devido a instituição de modelos díspares e diversificados que comprometem a implementação da política

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

MOLL, Jaqueline. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Penso, Porto Alegre, 2012.

PARENTE, Cláudia. da M., D.. **Construindo uma tipologia das políticas de Educação Integral em Tempo Integral**. Roteiro, Joaçaba, v. 41, n. 3, p. 563-586, set/dez. 2016.



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>